

# Moneo

---

O BANCO DA  **Marcopolo**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 30 DE JUNHO DE 2018

---

E RELATÓRIO DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES

---

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 30 de Junho de 2018 e de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas.

Caxias do Sul, 6 de Agosto de 2018.

## A ADMINISTRAÇÃO

# Moneo

O BANCO DA  **Marcopolo**

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Moneo S.A.

---

## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OUTROS ASSUNTOS

---

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 6 de agosto de 2018



PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva

Contador CRC 1SP171089/O-3

**BANCO MONEO S/A**  
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	<b>ATIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<u>321.082</u>	<u>349.206</u>
DISPONIBILIDADES		<u>557</u>	<u>14</u>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		<u>31.402</u>	<u>35.571</u>
Aplicação no mercado aberto (nota 4)		31.402	35.571
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		<u>229.505</u>	<u>255.432</u>
Setor Privado (nota 5.a)		252.715	287.694
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5.e)		(23.210)	(32.262)
OUTROS CRÉDITOS		<u>29.087</u>	<u>24.601</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.b)		12.630	17.290
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)		13.378	5.054
Outros créditos diversos (Nota 6)		3.240	2.389
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.e)		(161)	(132)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 7)		<u>30.531</u>	<u>33.588</u>
Realizável a longo prazo		<u>343.212</u>	<u>398.165</u>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		<u>308.775</u>	<u>359.147</u>
Setor privado (Nota 5.a)		337.193	384.583
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5.e)		(28.418)	(25.436)
OUTROS CRÉDITOS		<u>34.437</u>	<u>39.018</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.b)		31.577	35.744
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)		2.895	3.307
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.e)		(35)	(33)
<b>PERMANENTE</b>		<u>709</u>	<u>657</u>
IMOBILIZADO DE USO		<u>206</u>	<u>290</u>
Imobilizado de uso		947	912
Depreciações acumuladas		(741)	(622)
INTANGÍVEL		<u>503</u>	<u>367</u>
Intangível		1.601	1.312
Amortizações acumuladas		(1.098)	(945)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>665.003</u>	<u>748.028</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<b>PASSIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<u>194.230</u>	<u>238.788</u>
<b>DEPÓSITOS</b>		<u>10.926</u>	<u>28.559</u>
Depósitos interfinanceiros (Nota 8)		10.926	28.559
<b>Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais</b>		<u>177.081</u>	<u>201.884</u>
BNDES (Nota 9)		177.081	201.884
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<u>6.223</u>	<u>8.345</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		85	34
Fiscais e previdenciárias (Nota 10)		604	824
Outras obrigações (Nota 11)		5.534	7.487
<b>EXIGÍVEL A LOGO PRAZO</b>		<u>285.778</u>	<u>334.135</u>
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSE DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b>		<u>285.778</u>	<u>334.069</u>
<b>BNDS (NOTA 9)</b>		285.778	334.069
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		-	<u>66</u>
Outras obrigações (Nota 11)		-	66
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<u>115</u>	<u>172</u>
Receitas de exercícios futuros (Nota 13)		115	172
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)</b>		<u>184.880</u>	<u>174.933</u>
Capital		150.000	150.000
Reservas de lucros		34.880	24.933
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>665.003</b></u>	<u><b>748.028</b></u>

**BANCO MONEO S/A**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>45.986</u>	<u>48.488</u>
Operações de crédito	45.101	45.659
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	885	2.829
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(18.295)</u>	<u>(39.955)</u>
Operações de captação no mercado	(340)	(3.538)
Operações de empréstimos e repasses	(15.825)	(16.333)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.f)	<u>(2.130)</u>	<u>(20.084)</u>
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>27.691</u>	<u>8.533</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(13.318)</u>	<u>(12.627)</u>
Rendas de tarifas bancárias	612	702
Despesas de pessoal	(6.105)	(5.404)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(3.410)	(3.453)
Despesas tributárias (Nota 18)	(1.312)	(1.529)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (Nota 19)	<u>(3.103)</u>	<u>(2.943)</u>
RESULTADO OPERACIONAL	<u>14.373</u>	<u>(4.094)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 20)	<u>(254)</u>	<u>(841)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.119	(4.935)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(7.405)</u>	<u>771</u>
Corrente (Nota 15.a)	37	(2.562)
Diferido (Nota 15.a)	<u>(7.442)</u>	<u>3.333</u>
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE</b>	<b><u>6.714</u></b>	<b><u>(4.164)</u></b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE POR AÇÃO - R\$</b>	<b><u>0,045</u></b>	<b><u>(0,028)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **BANCO MONEO S/A**

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho  
de 2018 e 2017  
(Em milhares de  
Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	150.000	7.005	22.092	-	-	179.097
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(4.164)	(4.164)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Destinações: Absorção de Prejuízo	-	-	(4.164)	-	4.164	-
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<u>150.000</u>	<u>7.005</u>	<u>17.928</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>174.933</u>
<b>VARIAÇÃO DO SEMESTRE</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.164)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.164)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	150.000	7.005	21.161	-	-	178.166
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	6.714	6.714
Destinações: Constituição de reservas	-	336	6.378	-	(6.714)	-
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<u>150.000</u>	<u>7.341</u>	<u>27.539</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>184.880</u>
<b>VARIAÇÃO DO SEMESTRE</b>	<u>-</u>	<u>336</u>	<u>6.378</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.714</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BANCO MONEO S/A

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido do semestre</b>	6.714	(4.164)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(37)	2.562
Diferido	7.442	(3.333)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	14.119	(4.935)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa	19.532	42.788
Depreciações e amortizações	146	132
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.142	20.084
Despesa de juros e variações monetárias da intermediação financeira	16.164	19.871
(Aquisição) de bens não de uso	1.080	2.701
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>	30.238	67.722
(Aumento) redução em operações de crédito	44.373	91.172
(Aumento) redução em outros créditos	(14.135)	(23.450)
<b>(Redução) aumento nos passivos operacionais</b>	(43.811)	(113.084)
(Redução) Aumento em outras obrigações	(733)	518
Resultados de exercícios futuros	(52)	33
(Aumento) Redução em obrigações por repasse	(50.469)	(83.225)
(Aumento) Redução em depósitos	10.087	(25.464)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.644)	(4.946)
<b>Caixa proveniente/ (aplicado) das operações</b>	20.078	(7.509)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	(180)	(77)
Aquisição de imobilizado	(180)	(77)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	-	(1.738)
Dividendos pagos	-	(1.738)
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	19.898	(9.324)
<b>Modificações na posição financeira</b>		

**Caixa e equivalentes de caixa**

No início do semestre	12.061	44.909
No final do semestre	31.959	35.585
	<hr/>	<hr/>
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>19.898</b>	<b>(9.324)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **BANCO MONEO S/A**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas</b>		
Receitas de intermediação financeira	45.986	48.488
Receita de prestação de serviços	613	702
Outras receitas (despesas)		
operacionais e não operacionais	(3.357)	(3.784)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.130)	(20.084)
	<u>41.112</u>	<u>25.322</u>
<b>Recursos obtidos de terceiros</b>		
Despesas de intermediação financeira	(16.164)	(19.871)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.642)	(2.724)
<b>Valor adicionado total bruto</b>	<u>22.306</u>	<u>2.727</u>
Depreciação e amortização	(146)	(132)
<b>Valor adicionado líquido produzido pelo Banco - Total a distribuir</b>	<u>22.160</u>	<u>2.595</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e encargos</b>		
Remuneração direta	4.426	3.870
Benefícios	782	778
FGTS	375	247
	<u>5.583</u>	<u>4.895</u>
Federais	9.033	861
Estaduais	1	176
Municipais	206	230
	<u>9.240</u>	<u>1.267</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Aluguéis	623	597
	<u>623</u>	<u>597</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Dividendos	-	-
Lucros apurados	6.714	(4.164)
	<u>6.714</u>	<u>(4.164)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>22.160</u>	<u>2.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 24 de julho de 2018.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### b. Apuração de resultados

As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência.

### c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos que estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do CMN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber:

- (a) **Títulos para negociação** – Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (b) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

**(c) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

#### e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H).

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência.

A atualização (*“accrual”*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*“write-offs”*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### f. Ativo permanente

O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso).

O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado.

#### g. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo “Outros créditos”.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são

observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

#### h. Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- (a) **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- (b) **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

#### i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

#### j. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

## 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as aplicações eram compostas como seguem:

	2018	2017
<b>OPERAÇÕES COMPROMISSADAS / POSIÇÃO BANCADA</b>		
Letra do Tesouro Nacional - LTN	31.403	35.571
<b>TOTAL</b>	<b>31.403</b>	<b>35.571</b>

O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN com resgate no dia subsequente.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco.

Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES.

A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Finame Leasing e operações de Desconto de Notas Promissórias.

As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.

### a. COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR MODALIDADE

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Empréstimos	81.146	103.229
Títulos descontados	21.139	19.063
Compror	973	-
Financiamentos	<u>486.650</u>	<u>549.985</u>
<b>TOTAL</b>	<b><u>589.908</u></b>	<b><u>672.277</u></b>
Circulante	252.715	287.694
Realizável a longo prazo	<u>337.193</u>	<u>384.583</u>
<b>TOTAL</b>	<b><u>589.908</u></b>	<b><u>672.277</u></b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Circulante	(23.210)	(32.262)
Realizável a longo prazo	<u>(28.418)</u>	<u>(25.436)</u>
	<u>(51.628)</u>	<u>(57.698)</u>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b><u>538.280</u></b>	<b><u>614.579</u></b>
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 5.d)	16.273	8.361
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 5.d)	<u>(196)</u>	<u>(165)</u>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b><u>16.077</u></b>	<b><u>8.196</u></b>
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Total das operações de crédito e outros créditos	606.181	680.638
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(51.824)</u>	<u>(57.863)</u>
<b>TOTAL GERAL LÍQUIDO</b>	<b><u>554.357</u></b>	<b><u>622.775</u></b>

As operações de aquisição de notas promissórias relacionadas nos contratos particulares de cessão de direitos sem coobrigação dos cedentes, foram reclassificadas para a conta de "descontos de nota promissória" no grupo de "outros créditos" conforme orientação do BACEN e em atendimento ao COSIF.



**b. CONCENTRAÇÃO DOS MAIORES TOMADORES DE CRÉDITO**

	CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 31 DE JUNHO			
	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	79.762	13,16	95.390	14,01
50 seguintes maiores devedores	170.019	28,05	206.690	30,37
100 seguintes maiores devedores	154.354	25,46	157.738	23,18
Demais devedores	202.046	33,33	220.820	32,44
<b>TOTAL</b>	<b>606.181</b>	<b>100,00</b>	<b>680.638</b>	<b>100,00</b>

**c. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR VENCIMENTO**

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Comprar	Financiamentos	Outros créditos / característica de concessão de crédito	2018	2017
Vencidos	2.025	28	-	8.304	217	10.574	19.571
A vencer							
Até 3 meses	10.952	21.104	973	49.502	7.374	89.905	93.088
De 3 a 12 meses	25.956	7	-	133.995	5.787	165.745	180.088
De 1 a 3 anos	32.690	-	-	222.740	2.280	257.710	290.655
Após 3 anos	9.523	-	-	72.109	615	82.247	97.236
<b>TOTAL DA CARTEIRA</b>	<b>81.146</b>	<b>21.139</b>	<b>973</b>	<b>486.650</b>	<b>16.273</b>	<b>606.181</b>	<b>680.638</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.263)	(747)	(7)	(22.611)	(196)	(51.824)	(57.863)
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>52.883</b>	<b>20.392</b>	<b>966</b>	<b>464.039</b>	<b>16.077</b>	<b>554.357</b>	<b>622.775</b>

**d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

**D. CARTEIRA**

Níveis de risco	Percentual provisão	Operações de crédito	Avais e fianças (d.1)	Outros créditos	CARTEIRA	
					2.018	2.017
AA	0,0%	41.202	-	1.142	42.344	56.490
A	0,5%	188.776	6.071	4.226	199.073	200.982
B	1,0%	179.146	-	10.116	189.262	192.336
C	3,0%	86.525	-	737	87.262	131.906
D	10,0%	34.106	-	-	34.106	38.955
E	30,0%	7.471	-	-	7.471	27.205
F	50,0%	14.512	-	-	14.512	14.391
G	70,0%	15.938	-	-	15.938	18.329
H	100,0%	22.232	-	52	22.284	19.030
<b>TOTAL</b>		<b>589.908</b>	<b>6.071</b>	<b>16.273</b>	<b>612.252</b>	<b>699.624</b>

**PROVISÃO**

<b>Níveis de risco</b>	<b>Percentual provisão</b>	<b>Operações de crédito</b>	<b>Avais e fianças (d.1)</b>	<b>Outros créditos</b>	<b>2.018</b>	<b>2.017</b>
AA	0,0%	-	-	-	-	-
A	0,5%	944	30	21	995	1.005
B	1,0%	1.791	-	101	1.892	1.922
C	3,0%	2.596	-	22	2.618	3.957
D	10,0%	3.411	-	-	3.411	3.895
E	30,0%	2.241	-	-	2.241	8.162
F	50,0%	7.256	-	-	7.256	7.196
G	70,0%	11.157	-	-	11.157	12.830
H	100,0%	22.232	-	52	22.284	19.030
<b>TOTAL</b>		<b>51.628</b>	<b>30</b>	<b>196</b>	<b>51.854</b>	<b>57.997</b>

**(d.1) Avais e fianças** - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidos montam a R\$ 6.071 (R\$ 18.986 em 30 de junho de 2017) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de Finame, Finame Leasing e Leasing. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar tais avais e fianças, foi provisionado o montante de R\$ 30 (R\$ 134 em 30 de junho de 2017), classificado em "Outras obrigações", no passivo circulante de R\$ 30 (R\$ 68 em 30 de junho de 2017) e exigível a longo prazo R\$ 0"zero" (R\$ 66 em 30 de junho de 2017) para atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 2.682/99.

Durante o semestre, os créditos renegociados totalizaram R\$ 9.747 (R\$ 6.854 em 30 de junho de 2017), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 4.991 (R\$ 24.232 em 30 de junho de 2017) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R\$ 6.452 (R\$ 5.599 em 30 de junho de 2017). A carteira de renegociação em 30 de junho de 2018 totaliza R\$ 44.746, e apresenta 54,66% (R\$ 48.671 – 32,68% em 2017) de provisionamento.

**E. COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSAS - PCLD**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51.628	57.698
Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (Vide d.1)	30	134
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	196	165
<b>TOTAL</b>	<b>54.854</b>	<b>57.997</b>
<b>Circulante</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.210	32.262
Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (Vide d.1)	30	68
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	161	132
<b>TOTAL</b>	<b>23.401</b>	<b>32.462</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.418	25.436
Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (Vide d.1)	-	66
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	35	33
<b>TOTAL</b>	<b>28.453</b>	<b>25.535</b>
<b>TOTAL GERAL DE PROVISÃO</b>	<b>51.854</b>	<b>57.997</b>

## F. MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	2018	2017
Saldo inicial	54.715	62.147
Baixas por perdas	(4.991)	(24.232)
Constituição	2.130	20.084
<b>SALDO FINAL</b>	<b>51.854</b>	<b>57.997</b>

## 6. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	2018	2017
Depósitos judiciais - Recursos cíveis/trabalhistas	1.200	1.149
Convênios a receber (a)	1.725	1.078
Outros créditos	315	162
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>3.240</b>	<b>2.389</b>

### a. Convênios a receber

Valores a receber de cobrança bancária a compensar em D + 1.

## 7. OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Imóveis recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	16.270	16.270
Provisão para perdas em imóveis registrados bens não de uso	(3.477)	(268)
Imóveis recebidos em dação de pagamento (bens não de uso em Regime Especial)	27.144	28.969
Provisão para perdas em imóveis registrados bens não de uso em regime especial	(16.271)	(13.519)
Veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	7.383	2.298
Provisão para perdas em veículos registrados em bens não de uso	(518)	(162)
<b>TOTAL</b>	<b>30.531</b>	<b>33.588</b>

Os veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perdas, relativas à custas de manutenção e guarda entre outros gastos vinculados à venda até a data da efetiva venda do bem. Ao final de 2017 foram realizadas revisões de provisões dos imóveis com base em laudo atualizado e também em valores praticados em leilões.

## 8. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Os depósitos estão assim demonstrados:

	2018	2017
Interfinanceiros – Até 9 meses	-	28.559
Interfinanceiros – De 9 a 12 meses	10.926	-
<b>TOTAL</b>	<b>10.926</b>	<b>28.559</b>

Os depósitos interfinanceiros (em instituições financeiras) estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros prefixada de 147,64% do CDI (157,79% em 2017). Os depósitos estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

## 9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

REPASSES	2018			2017
	Pré	Pós	Total	
2017	-	-	-	109.021
2018	50.788	41.331	92.118	172.874
2019	73.865	84.799	158.664	127.166
2020	39.418	70.588	110.007	80.049
2021	11.852	54.339	66.191	37.658
2022	1.681	28.307	29.988	7.521
2023	918	4.486	5.404	1.282
2024	382	105	487	382
<b>TOTAL</b>	<b>178.904</b>	<b>283.955</b>	<b>462.859</b>	<b>535.953</b>
Circulante	92.542	84.539	177.081	201.884
Exigível longo prazo	86.362	199.416	285.778	334.069
<b>TOTAL</b>	<b>178.904</b>	<b>283.955</b>	<b>462.859</b>	<b>535.953</b>
			<b>2018</b>	<b>2017</b>
Operações Pré fixadas			178.904	333.008
Operações Pós fixadas			283.955	202.945
<b>TOTAL</b>			<b>462.859</b>	<b>535.953</b>

Os recursos internos representam captações do BNDES. Essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2024, com incidência de encargos financeiros nas operações pré fixadas à uma taxa média ponderada de 5,69% ao ano e nas operações pós fixadas à uma taxa média ponderada de 1,83% ao ano, a qual é adicionada da variação da taxa TJLP 6,60% ao ano (79,69% das operações Pós) ou adicionada da variação da taxa Selic 6,40% ao ano (5,05% das operações Pós) ou adicionada da variação IPCA 6,93% ao ano (15,26% das operações Pós). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia destes recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

## 10. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Imposto de renda	-	138
Contribuição social	-	118
Outras	604	568
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>604</b>	<b>824</b>

## 11. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2018	2017
Provisões para pagamentos a efetuar (a)	3.170	3.333
Provisões para contingências (nota 12)	1.736	2.121
Provisões para avais e fianças de liquidação duvidosa (nota 5.d)	30	134
Operações de crédito a liberar (b)	237	810
Recebimentos antecipados de operações de créditos	278	24
Outras (c)	83	1.131
	<u>5.534</u>	<u>7.553</u>
Circulante	5.534	7.487
Exigível a longo prazo	-	66

- a) Provisões para pagamentos a efetuar referem-se substancialmente a honorários de diretoria e ordenados de funcionários a pagar, no montante de R\$ 2.572 (R\$ 2.966 em 2017).
- b) As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de pagamento a clientes, no prazo médio de três dias.
- c) O valor em “outras” refere-se, sobretudo, a retenções de pagamentos a cliente cuja liquidação está aguardando decisão judicial para ser executada.

## 12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

Em 30 de junho de 2018 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado em “Outras obrigações”.

O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

	2018	2017
Passivos contingentes - processos cíveis	57	127
Passivos contingentes - processos trabalhistas	1.679	1.994
	<u>1.736</u>	<u>2.2121</u>

- a. **Processos cíveis** - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco.

O valor das contingências possíveis não provisionados totalizam o montante de R\$ 9.376 (R\$ 1.294 em 30 de junho de 2017) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 4 ações em 2018 e 10 ações em 2017.

- b. **Processos trabalhistas** - tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa.

### 13. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Constituídos por receitas com interveniência, com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil “Leasing” e “Finame Leasing” em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2017	2016
2017	-	110
2018	75	52
2019	34	8
2020	5	2
2021	1	-
	<u>115</u>	<u>172</u>

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a. Capital social

O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 150.000.000,00.

#### b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva estatutária em 30 de junho de 2018 no montante de R\$ 27.539 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembléia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

#### c. Dividendos

Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme Assembléia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2018, relativos à data-base 31 de dezembro de 2017, não ocorreu distribuição de dividendos, pois o resultado foi negativo, no montante de R\$ 931:

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

	2018	2017
Resultado antes da tributação	14.119	(4.935)
Imposto de renda e contribuição social		
às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(6.354)	2.222
Adições permanentes no imposto corrente	(110)	(139)
Benefícios fiscais Vale cultura e PAT	-	33
5% sobre Saldo Crédito Tributário 2019 (ref. alíquota CS de 20% voltar para 15%) (a)	(915)	(1.357)
Adicional 10% IRPJ	12	12
Valorres a compensar IR/CS ref. Exercício anterior	(38)	-
	<u>(7.405)</u>	<u>771</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado		
IRPJ corrente	16	(1.403)
CSLL corrente	21	(1.159)
IRPJ diferido	(3.682)	2.545
CSLL diferido	(3.760)	788
	<u>(7.405)</u>	<u>771</u>

- a. Foi excluído, no 1º semestre de 2018, o montante de R\$ 915 relativo à baixa de créditos tributários decorrentes da volta da alíquota da CSLL de 20% para 15% referente ao período a partir de 2019 (Lei n.º 13.169/2015).

### b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2018	2017
Diferenças temporárias		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 5.e)	51.854	57.997
Créditos baixados para prejuízo	15.968	41.168
Provisão para PLR, Bônus	640	751
Provisão para contingências	1.736	8.719
Base de cálculo negativa CS e IR	16.303	8.719
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	20.266	13.949
Base de cálculo para Imposto de Renda	106.767	122.584
Prov Grat Adm na Contrib Social	545	545
	<u>107.312</u>	<u>123.129</u>
Base de cálculo para Contribuição Social	107.312	123.129
Impostos diferidos - Imposto de renda 25%	26.692	30.646
Impostos diferidos - Contribuição social 15% e 20% (nota 3.g)	17.515	22.388
	<u>44.207</u>	<u>53.034</u>
Ativo fiscal diferido		
	<u>44.207</u>	<u>53.034</u>
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	12.630	17.290
Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos")	31.577	35.744

### c. Movimentação

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo anterior, em 31 de dezembro	51.612	49.700
Crédito tributário líquido constituído/(revertido)	(7.405)	3.334
<b>Saldo atual, em 30 de junho</b>	<b>44.207</b>	<b>53.034</b>

### d. Expectativa de realização dos créditos tributários

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

<b>PERÍODO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>2017</b>	-	2.644
<b>2018</b>	12.630	32.482
<b>2019</b>	14.343	17.892
<b>2020</b>	17.119	16
<b>2021</b>	58	-
<b>2022</b>	53	-
<b>2023</b>	4	-
	<b>44.207</b>	<b>53.034</b>

O valor presente do crédito tributário, em 30 de junho de 2018, calculado com base na taxa média de captação de 6,39% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 41.737 (R\$ 37.242 em 30 de junho de 2017 à taxa de 10,15% a.a.).

## 16. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILÉIA)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar.

Em 30 de junho de 2018, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 24,35%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 10,50%.

## 17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Despesas de processamento de dados	502	454
Despesas com localização e funcionamento	285	327
Despesas de propaganda e publicidade	149	145
Despesas de serviços do sistema financeiro	400	335
Despesas de serviços técnicos especializados	809	917
Despesas de viagem no país	687	485
Depreciações e amortizações	146	132
Custas judiciais e cartorárias de bens retomadas	290	559
Outras	142	99
<b>TOTAL</b>	<b>3.410</b>	<b>3.453</b>



## 18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	ALÍQUOTA	2018	2017
Programa de integração social (PIS)	0,65%	154	157
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	951	966
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	31	35
Outras despesas tributárias		<u>176</u>	<u>371</u>
<b>TOTAL</b>		<b><u>1.312</u></b>	<b><u>1.529</u></b>

## 19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2018	2017
Reversão provisões operacionais com veículos apreendidos	1.021	2.202
Reversão provisões para contingências fiscais e trabalhistas	663	-
Atualização saldo conta garantida e diferença pagto liberação	(34)	(26)
Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso)	(1.584)	(917)
Despesas com perdas ações judiciais	(590)	(630)
Descontos concedidos (a)	-	(319)
Provisão atualização ação Pis/Cofins (nota 12 c)	-	(373)
Provisão de bens apreendidos (bens não de uso)	(2.127)	(2.710)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	<u>(452)</u>	<u>(170)</u>
<b>TOTAL</b>	<b><u>(3.103)</u></b>	<b><u>(2.943)</u></b>

a) Valor relativo a descontos concedidos em negociação de encerramento das operações com o cliente inadimplente.

## 20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2017	2016
Despesas não operacionais	(756)	(1.392)
Receitas não operacionais	<u>502</u>	<u>551</u>
	<b><u>(254)</u></b>	<b><u>(841)</u></b>

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento).

## 21. PARTES RELACIONADAS

### a. Transações e saldos

O Banco possui CDB captado em 11 de janeiro de 2018 junto a Marcopolo no valor de R\$ 10.000, e não possui outros saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2018 e 2017.

Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 77 (R\$ 58 em 30 de junho de 2017) no exercício para a Marcopolo S.A.

Em 2018 não foram pagos dividendos a Controladora.

## b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2018 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R\$ 1.800. Durante o exercício findo em 30 de junho de 2018 ocorreram despesas no valor de R\$ 1.293 (R\$ 938 em 30 de junho de 2017), conforme segue:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remuneração - pró-labore	611	598
Encargos sociais	137	134
Benefícios agregados	<u>545</u>	<u>206</u>
	<b><u>1.293</u></b>	<b><u>938</u></b>

A reunião do Conselho de Administração de 07 de junho 2016 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do CMN.

## c. Outras informações

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

## 22. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2018 foi despendido em contribuições o montante de R\$ 70 (R\$ 75 em 2017).

O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional.

O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado.

Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1).

Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do exercício, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo. Não existiram mudanças nas premissas e característica dos planos para o semestre findo em 30 de junho de 2018 em relação àqueles vigentes em 30 de junho de 2017.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(2.993)	(2.751)
Valor justo dos ativos do plano	3.292	2.964
Restrição de limite de ativo de benefício definido	<u>(299)</u>	<u>(213)</u>
Ativo (Passivo) líquido calculado	<u>-</u>	<u>-</u>

## A MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO LÍQUIDO ATUARIAL É COMO SEGUE

	2018	2017
Passivo líquido no início do exercício	-	-
Ganho (perda) reconhecida	6	11
Despesas no ano	(41)	(53)
Contribuições reais da empresa no ano	35	42
Passivo líquido provisionado não revertido no período	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo líquido no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

DESPESAS	2018	2017
Custo de serviço corrente	42	54
Juros sobre a obrigação atuarial	137	144
Remuneração dos efeitos reconhecimentos em ORA	(138)	(145)
Contribuições de funcionários	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>41</u>	<u>53</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

### a. Hipóteses econômicas

	PERCENTUAL AO ANO	
	2018	2017
Taxa de desconto	9,93	10,86
Taxa de crescimento salarial	6,75	7,37
Inflação	4,25	4,85

### b. Hipóteses demográficas

	2018 e 2017
Tábua de mortalidade	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial foi concluída em julho de 2018 e realizada pelos atuários independentes Willis Tower Watson.

## 23. ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCO

### a. Risco operacional

O Banco Moneo atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto.

Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco.

O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco.

A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Riscos, Agentes de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 4.557/17.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico [www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos](http://www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos).

## **b. Risco de mercado**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos.

O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco.

A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Riscos. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência de Controladoria e Finanças e Auditoria Interna.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico [www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos](http://www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos).

## **c. Risco de crédito**

A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito.

O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco.

A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito, Comitê de Cobrança e Recuperação de Créditos, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Riscos e Área de Compliance.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico [www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos](http://www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos).

#### **d. Risco de liquidez**

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Riscos, Área de Compliance e Gerência de Controladoria e Finanças. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico [www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos](http://www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos).

### **Gerenciamento de capital**

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.557/17. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Riscos, Área de Compliance e Gerência de Controladoria e Finanças.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico [www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos](http://www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos).

### **Relatório de riscos (Consolidado)**

O Banco Moneo disponibiliza em seu site [www.bancomoneo.com.br](http://www.bancomoneo.com.br) relatório contendo informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, e informações relativas à Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto nas Circulares 3.678/2013 e 3.748/15 do Banco Central do Brasil.

## **24. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS**

O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos.

## **25. SEGUROS**

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

---

**CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

**Mauro Gilberto  
Bellini**  
Presidente do  
conselho

**Carlos Zignani**  
Conselheiro

**José Antonio Valiati**  
Conselheiro

**DIRETORIA**

**Oliver Markus  
D'Haese**  
Diretor  
Superintendente

**José Antonio Valiati**  
Diretor

**José Fernando  
Bettoni**  
Diretor de crédito e  
cobrança

**CONTADOR**

**Cleber Alexandre Bernart**

CRC/RS 81.323/O-4

**Moneo**

O BANCO DA  **Marcopolo**

BANCOMONEO.COM.BR

FONE: (54) 2991 - 1000

OUVIDORIA: 0800 - 723 50 40

OUVIDORIA@BANCOMONEO.COM.BR

# Moneo

O BANCO DA  *Marcopolo*

AV. RIO BRANCO, 4889

4º ANDAR - ANA RECH

CAXIAS DO SUL - RS - 95060-145